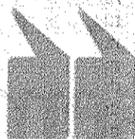


# JULIANA SANTILLI

Para promotora, a questão ambiental não é prioridade para o GDF e qualidade de vida da população está ameaçada



**“A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE É SUBORDINADA AOS INTERESSES POLÍTICOS DO GDF E ISSO É COMPLICADO EM QUALQUER LUGAR PORQUE, SE O SECRETÁRIO EMBARGA UM PROJETO DE INTERESSE POLÍTICO, ELE CAI NO DIA SEGUINTE”**



Kátia Marsicano  
 Rovênia Amorim  
 Da equipe do Correio

**H**á apenas sete meses na 2ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, a promotora Juliana Santilli já revelou que é boa de briga. Na luta pela preservação do meio ambiente, ela fala alto, reclama,

fica nervosa e age. Não mede palavras quando vê alguma coisa errada. Entrou com ação contra o administrador de Taguatinga, Waldemar Aguiar, que retirava cascalho sem autorização numa área de proteção ambiental. Criticou os deputados e secretários do Governo do Distrito Federal, que tentaram livrar o administrador de crime ambiental. Juntou todos os pro-

cessos que revelam agressões ao meio ambiente e concluiu que as obras do GDF aparecem em mais de 70% deles. Junto com os colegas promotores, está na batalha para impedir a implantação do Setor Noroeste. Agora, investe pesado nas críticas ao avanço da ocupação irregular que ameaça o meio ambiente — uma paixão que, segundo ela, vem de muito tempo.

Santilli é sócia-fundadora e membro do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental (ISA), uma ONG que defende a natureza. Nesta entrevista, a mineira de 35 anos, criada no Rio de Janeiro, apóia a decisão do Governo Federal de intervir no DF. Para ela, secretarias de governo que lidam com o ordenamento urbano não se entendem. “É uma esquizofrenia institucional”.

## Condomínios, risco para o futuro

**CORREIO BRAZILIENSE** — A ocupação irregular do solo do Distrito Federal é uma ameaça séria ao meio ambiente?

**JULIANA SANTILLI** — Com certeza. Hoje, no DF, existem duas questões ambientais fundamentais e que estão diretamente relacionadas: a ocupação desordenada do solo e os recursos hídricos. A água é um dos recursos naturais mais ameaçados porque 60% do DF localizam-se em terras altas e portanto têm uma importância estratégica enorme. Quanto à ocupação do solo, a maior parte dos novos condomínios está em área de proteção ambiental (APA), criadas para proteger as bacias hidrográficas. Na APA do Descoberto, por exemplo, é preciso ter controle sobre as atividades de impacto porque é de lá que vem a água que abastece 60% da população do DF.

**CORREIO** — As autoridades não têm essa consciência? Como se explica isso, já que a legislação ambiental brasileira é uma das melhores do mundo?

**JULIANA** — De fato, não existe o argumento de que não há instrumentos legais para coibir danos ambientais. Nossa legislação é muito avançada, apesar de esparsa.

**CORREIO** — Mas, então, por que ainda ocorrem tantos problemas?

**JULIANA** — Você tem uma legislação rigorosa, mas quem é que cumpre? São os órgãos ambientais. No DF, o problema é grave porque a Secretaria de Meio Ambiente, encarregada de exercer o poder de polícia, de fazer cumprir a lei, está subordinada ao governador. Quem é que nomeia o secretário? O governador. A secretaria é subordinada aos interesses políticos do GDF e isso é complicado em qualquer lugar porque, se o secretário embarga um projeto de interesse político, ele cai no dia seguinte.

**CORREIO** — A oportunidade que haveria para reduzir os

Acácio Pinheiro



JULIANA: PROMOTORA DENUNCIOU ADMINISTRADOR DE TAGUATINGA E QUER NOVOS ESTUDOS PARA APROVAR NOROESTE

efeitos disso não seria a atuação do conselho de meio ambiente, de caráter deliberativo?

**JULIANA** — Infelizmente, a participação da sociedade civil nesse conselho é minoritária. O governo tem mais representantes e por isso aprova o que bem en-

tende. Mas o problema não é só esse: observa-se uma total descoordenação entre os órgãos do governo. Você tem uma Secretaria de Meio Ambiente que elabora uma Agenda de Sustentabilidade do Lago Paranoá, para proteger o meio ambiente, e uma Secretaria de Desenvolvi-

mento Urbano e Habitação que cria projetos de adensamento populacional dentro da bacia, causando impacto direto e evidente sobre o lago.

**CORREIO** — E o zoneamento ecológico-econômico, que até hoje não existe no DF?

**JULIANA** — Isso não é prioridade política no DF.

**CORREIO** — Por quê?

**JULIANA** — Porque o zoneamento ambiental regula o uso do solo e a utilização dos recursos naturais e, obviamente, tem uma série de repercussões políticas que vão restringir vários projetos. Nas áreas de proteção de mananciais há uma série de restrições. Parcelamentos de solo não podem existir nessas áreas.

**CORREIO** — Um dos argumentos que se usa para relegar o meio ambiente ao segundo plano é a questão habitacional, o direito à moradia, crescimento da cidade, etc.

**JULIANA** — São todos falsos argumentos. O que nós queremos não é inviabilizar o desenvolvimento do DF. Queremos um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo. O discurso social que pretende legitimar a ocupação desordenada em prol do interesse social é falso porque se sabe que não é interesse social e sim interesse político de determinadas facções.

**CORREIO** — E a perspectiva de futuro para a região, se a situação não tiver um “freio”?

**JULIANA** — É o absoluto caos urbano, com a degradação da qualidade de vida que já estamos assistindo.

**CORREIO** — O governo tem pressa em regularizar condomínios habitados e inabitados. Não seria a hora de parar a regularização dos condomínios não habitados e resolver a questão dos habitados, que têm problemas na rede de esgoto?

**JULIANA** — Realmente, tem alguns parcelamentos que não há como regularizar. A Secretaria de Obras só tem pensado em obras de acesso ao Plano Piloto, além de todos os problemas ambientais que estão acarretando. Por outro lado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico

tem implantado novas áreas de desenvolvimento nas cidades (o que é num certo sentido favorável para as populações). Mas, se você for pensar bem, é uma esquizofrenia institucional porque falta articulação entre as secretarias que têm um papel na gestão do território e dos recursos naturais do DF. A Secretaria de Meio Ambiente tem pouco peso político dentro da estrutura de governo.

**CORREIO** — Mas parece que alguma coisa está mudando. A intervenção federal no DF ganhou proporção nacional. Até o presidente Fernando Henrique está preocupado.

**JULIANA** — Não conheço ainda o decreto para formar o grupo de trabalho, mas a preocupação é real. Em frente à casa do presidente está o condomínio Villages Alvorada, na beira do Lago Sul. Brasília é a capital da República, ou seja, há todo um interesse da área de segurança do presidente. E a situação está chegando a uma proporção que vai atingir a segurança institucional do país.

**CORREIO** — E a participação da sociedade civil? A população de Brasília tem percebido o que está acontecendo?

**JULIANA** — Acho que sim. Recebemos diariamente representações de cidadãos indignados que estão sofrendo diretamente as consequências dos problemas ambientais. As pessoas estão percebendo que a qualidade da água que elas bebem está diretamente relacionada a fatores ambientais.

**CORREIO** — Isso significa que tem gente em condomínio de luxo que pode estar bebendo água contaminada?

**JULIANA** — Sim. Pesquisas indicam que as águas subterrâneas no Parque Nacional de Brasília já podem estar sendo contaminadas pelo lixo da Estrutural. Ainda tem a contaminação por agrotóxicos, pelo lançamento de esgoto sem tratamento nos cursos d'água.

**CORREIO** — Ainda dá para salvar o DF?

**JULIANA** — Sim, mas a sociedade precisa tomar as rédeas. Participar é muito importante. Meio ambiente é uma questão de interesse social e não de facções políticas.

**CORREIO** — Qual é a principal “briga” hoje?

**JULIANA** — O MP (Ministério Público) entrou com ação contra o DF e Terracap para impedir a implantação do setor Noroeste até o novo estudo de impacto ambiental. O secretário de Obras disse que era uma precipitação, alegando que o projeto ainda está na prancheta. O MP quer atuar preventivamente. Aqui o que acontece é a consolidação do irreversível. Por que que o MP vai esperar 80 mil pessoas serem instaladas para depois agir?